

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA  
4ª REGIÃO**

**RESOLUÇÃO Nº 102 , DE 21 DE SETEMBRO DE 2012.**

Dispõe sobre a aprovação e publicação do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 4ª Região, referente ao 2º quadrimestre de 2012.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 12.1.000000552-0, *ad referendum* do Conselho de Administração, e em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2012, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE**

Desembargadora Marga Inge Barth Tessler  
Presidente

**ANEXO I**

**PODER JUDICIÁRIO**

**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 4ª REGIÃO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**SETEMBRO DE 2011 A AGOSTO DE 2012**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a)+(b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>1.137.305</b>	<b>572</b>	<b>1.137.877</b>
Pessoal Ativo	1.017.663	228	1.017.891
Pessoal Inativo e Pensionistas	119.642	344	119.986
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>114.086</b>	<b>572</b>	<b>114.658</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	3.112	0	3.112
Decorrentes de Decisão Judicial	398	0	398
Despesas de Exercícios Anteriores Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.925	340	3.265
	107.651	232	107.883
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>1.023.219</b>	<b>0</b>	<b>1.023.219</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>			
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>			<b>600.187.795</b>
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100</b>	<b>0,170483%</b>		<b>0,170483%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,306402%</b>		<b>1.838.987</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,291082%</b>		<b>1.747.038</b>

FONTE: Siafi Gerencial

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

WOLFGANG STRIEBEL  
DIRETOR DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

ROBERTO CAPELETI  
DIRETOR DA DIRETORIA FINANCEIRA

JOSÉ OLI FERRAZ OLIVEIRA  
DIRETOR-GERAL